DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 2772/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/15249/2015
PROTOCOLO	: 1624809
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ/MS
ORDENADOR DE DESPESAS	: LUDIMAR GODOY NOVAIS
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO	: NOTA DE EMPENHO N. 935/2015
EMPRESA CONTRATADA	: ÁGUIA BRANCA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL N. 2/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 8/2015
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
VALOR INICIAL	: R$ 62.477,00
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

NOTA DE EMPENHO. FORMALIZAÇÃO E TEOR. EXECUÇÃO FINANCEIRA. ATOS LEGAIS E REGULARES. REMESSA INTEMPESTIVA DOS DOCUMENTOS. MULTA.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação da formalização e teor (2ª fase) e da execução financeira da Nota de Empenho n. 935/2015 (3ª fase), celebrada entre o Município de Ponta Porã/MS e a empresa Águia Branca Distribuidora de produtos Ltda, constando como ordenador de despesas o Sr. Ludimar Godoy Novais, prefeito municipal à época.

O objeto é a aquisição de gêneros alimentícios, no valor global de R$ 62.477,00 (sessenta e dois mil, quatrocentos e setenta e sete reais).

Foi emitida a Decisão Singular DSG - G. ODJ n. 305/2016, julgando a legalidade e regularidade do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 2/2015 e da formalização da Ata de Registro de Preços n. 8/2015 (processo TC/MS n. 9449/2015).

A 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) realizou a Análise ANA n. 25453/2016, entendendo pela legalidade e regularidade da formalização e da execução financeira.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR – 3ª PRC n. 1387/2017, opinando pela legalidade e regularidade dos atos praticados com ressalvas com imposição de multa em razão da remessa intempestiva dos documentos.

DA DECISÃO

O instrumento hábil (nota de empenho) foi pactuado em observância às exigências do art. 55 e do art. 61, parágrafo único da Lei n. 8.666/93.

A execução financeira em análise atendeu aos ditames da Lei n. 4.320/64 e restou assim demonstrada:

- Valor Inicial da contratação: R$ 62.477,00;
- Valor total Empenhado: R$ 62.477,00;
- Notas Fiscais: R$ 62.477,00;
- Comprovantes de Pagamento: R$ 62.477,00.

Por fim, os documentos obrigatórios foram encaminhados intempestivamente para esta colenda Corte de Contas, infringindo o prazo de 15 (quinze) dias úteis que dispõe a Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011.

Assim, acolho o entendimento da 4ª ICE e o parecer ministerial, e **DECIDO**:

1. pela **legalidade e regularidade** da formalização e teor da Nota de Empenho n. 935/2015 (2ª fase), celebrada entre o Município de Ponta Porã/MS e a empresa Águia Branca Distribuidora de produtos Ltda, constando como ordenador de despesas o Sr. Ludimar Godoy Novais, prefeito municipal à época, com fulcro no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 120, II, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013;

2. pela **legalidade e regularidade** da execução financeira da Nota de Empenho n. 935/2015 (3ª fase), consoante dispõe o art. 59, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 120, III, do RITC/MS;

3. pela aplicação de **multa** ao responsável, Sr. Ludimar Godoy Novais, prefeito municipal à época, inscrito no CPF sob o n. 558.182.181/04, no valor correspondente a **30 (trinta) UFERMS**, com fulcro no art. 21, X, art. 42, IX, art. 44, I e art. 46, todos da LCE n. 160/2012, c/c o art. 172, I, “b”, do RITC/MS, em razão da remessa intempestiva da cópia dos documentos obrigatórios, infringindo o prazo estabelecido pela Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011;

4. pela **concessão** do prazo de 60 (sessenta) dias para que o responsável acima citado recolha o valor referente à multa junto ao FUNTC, comprovando nos autos no mesmo prazo, conforme o estabelecido no § 1º, I e II do art. 172 do RITC/MS, sob pena de cobrança executiva, nos moldes do art. 77 da Constituição Estadual;

5. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme o art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70 § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 5 de abril de 2017.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

dncs